



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA ENERGIA

Gabinete do Ministro

X SESSÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

INTERVENÇÃO DE SEXª O DR. SALVADOR NAMBURETE

MINISTRO DA ENERGIA

Maputo, 03 de Junho de 2009

Senhor Presidente da Assembleia da República, Excelência,

Senhora Primeira-Ministra, Excelência,

Senhores Deputados, Excelências,

Senhores Ministros e Vice-Ministros, Excelências,

Digníssimos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Constitui para nós uma grande honra e renovado privilégio dirigirmo-nos a VEX^{as}, Senhores Mandatários do Povo, providenciando informação em resposta a uma pergunta que nos foi, legitimamente colocada. Agradecemos mais esta oportunidade e permitam-nos que, a partir deste pódio, saudemos uma vez mais VEX^{as}, Senhores Deputados e, através de VEXas, saudemos igualmente o Maravilhoso Povo Moçambicano, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Oceano Índico.

O Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 preconiza, entre outros, o prosseguimento da extensão do programa de electrificação rural, priorizando a

ligação de mais distritos à rede nacional de energia, o alargamento do acesso à energia por parte das populações, em particular, das áreas rurais, bem como a garantia da ligação de novos consumidores domésticos.

A Bancada Parlamentar da RENAMO-UNIÃO ELEITORAL perguntou e nós citamos: “... **que critérios são usados na fixação da taxa de energia eléctrica a ser paga pelos consumidores?**”, fim de citação. É, pois, a esta pergunta que passaremos a responder.

Senhores Deputados, Excelências,

Na nossa recente comunicação antes da ordem do dia nesta Magna Casa do Povo, fizemos referência a importantes desenvolvimentos ocorridos durante o presente Quinquénio que aqui importa recordar para melhor enquadramento da resposta à pergunta que nos foi formulada.

Com um dispêndio anual de cerca de **2.8 biliões de Meticais**, de 2005 a 2009 foram electrificados 34 novos Distritos, elevando o total para 86 Distritos ligados, sendo: 5 em Cabo Delgado; 3 em Niassa; 4 em Nampula; 5 na Zambézia; 8 em Tete; 1 em Manica; 5 em Sofala; 2 em Inhambane e 1 em Gaza. Estamos neste momento a trabalhar com afinco para a conclusão da ligação de mais 8 Distritos até ao final de 2009, cujos trabalhos estão em curso nas províncias de Niassa, Sofala, Inhambane e Gaza

Neste Quinquénio No concernente à ligação de novos consumidores, importa indicar que foram efectuadas ligados mais de 340.000 novas ligaçõesconsumidores domésticas em todo o País, tendoPaís, tendo sidopassando de 1.300.000 moçambicanos com energia eléctrica da HCB em 2004 para mais de 3.000.000 de moçambicanos hoje, ou seja cerca de

2.766.000 compatriotas, duplicando a taxa de acesso à energia eléctrica no País de 7% em 2004 para mais de 14% em 2009! Há, portanto, mais de 1.700.000 moçambicanos que não tinham acesso à energia no início de 2005 e que passaram a tê-la.

De 2005 a 2009 expandimos a nossa RNT para mais de 31.000km de linhas de energia diversas ao construirmos mais de 36.36100 km de linhas e diversas infra-estruturas de transporte e distribuição de energia, ligando os 86 distritos e vários postos administrativos e localidades ao longo do nosso belo Moçambique, bem como e diversas infra-estruturas conexas, incluindo a conclusão da interligação das últimas duas Capitais Provinciais (Pemba e Lichinga). São de destacar as seguintes:

733km em Cabo Delgado, de linhas (dos quais

i.377 km de linha de alta tensão), bem como a construção das incluindo a subestação de Pemba, Metoro e Montepuez; **ii)**

vii.767km em Niassa, de linhas (dos quais 337 km de linha de alta tensão,) em assim como a construção da subestação de Lichinga; **iii)** 270120 km em Nampula, de linhas (dos quais 122km de média alta tensão; **iv)** 415112 km na Zambézia, de linhas (dos quais 72km de média alta tensão) e ainda a construção da subestação de Uapé e da estação de compensação de Alto-Molócuè, Metoro-Montepuez; , **v)** 754km em Tete, de 42 km de linhas (dos quais 122km de média alta tensão) e ainda construção da subestação de Manje; **vii)** 8370 km de linha de média tensão, em Manica; **vii)** 472.530 km de linha de média tensão em Sofala; **viii)** 100122 km de linha média tensão em Inhambane; **ix)** 24172 km de linhas de média alta tensão, em Gaza; **x)** 2.500km de linhas diversas em baixa tensão ao longo de todo o território nacional; **xi)** Construção do Centro Nacional de Despacho na Cidade de Maputo, inaugurado

por SEX^a Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, no passado dia 30 de Maio; **xi)** 40 km de linha de média tensão, Murrébue-Mecuúfi;

77 km de linha de média tensão Nampula-Murupula,;

viii.122 km de linha de alta tensão, Nampula-Moma (Tupuito);

90 km de linha de média tensão, Cuamba-Mecanhelas (em construção);

ix., 220 km de linha de média tensão, Cuamba-Metarica-Maúá-Marrupa (este último em curso);

x.41 km de linha de média tensão, Monapo-Meconta e Monapo-Muecate;

xi.195 km de linha de média tensão, Maganja da Costa-Pebane;

80 km de linha de média tensão, Matambo-Changara,;

84 km de linha de média tensão, Manje-Chifunde,;

132 km de linha de média tensão, Manje-Fíngoè,;

80 km de linha de média tensão, Manje-Furancungo,;

134 km de linha de média tensão , Chitima-Mphende,;

67 km de linha de média tensão, Ulónguè-Tsangano, ;

45 km de linha de média tensão, Unlóngoeè-Dómué; e

xii.10 km de linha de média tensão, Luangua-Zumbo;

83 km de linha de média tensão, Namacurra-Maganja da Costa,;

xiii.65 km de linha de média tensão, Quelimane-Inhassunge;

xiv.83 km de linha de média tensão, Catandica-Guro;

80 km de linha de média tensão, Inchope-Gorongosa, ;

25 km de linha de média tensão, Chimuara-Caia,;

90 km de linha de média tensão, Chimuara-Marromeu,;

40 km de linha de média tensão, Sena-Chemba,;

xv.145 km de linha de média tensão, Caia-Cheringoma;

90 km de linha de média tensão, Buzi-Chibabava; e

- xvi. 2.5 km de linha de média tensão, Nova Mambone-Machanga;
- xvii. 100 km de linha de média tensão, Lindela-Maxixe-Morrumbene-Massinga-Morrungulo;
- xviii.i) 86 km de linha de média tensão, Massingir-Mabalane.

De, correm acções para a construção da Linha de Transporte Tete – Maputo (Espinha Dorsal), com uma extensão de 1.500 km, visando o escoamento da energia das principais zonas de geração de energia eléctrica ao longo do Vale do Zambeze, para alimentar diversos projectos de desenvolvimento industrial no País. É uma linha concebida de modo a permitir a alimentação de projectos económicos e sociais por onde passa, estando prevista a construção das subestações de Chibata, Vilankulo, Chibuto, Marracuene e Maputo, para esse efeito.

Tendo em vista reduzir as perdas de energia e mitigar os problemas de facturação, estamos a intensificar a expansão do CREDELEC para minimizar os problemas de facturação, contando actualmente com beneficiando actualmente mais de 394.000 famílias (correspondente a 645% do total dos consumidores), superando deste modo o nível de os 60% estabelecido no Contrato- Programa celebrado entre o Governo e a EDM..

A instalação de contadores CREDELEC obedece ao procedimento de substituição gradual de contadores convencionais, mediante a observância de certos condicionalismos técnicos. Este factor tem constituído uma limitante, para a rápida expansão do mesmo, mas continuamos empenhados com vista a alcançar este objectivo importante.

O QUADRELEC nas zonas peri-urbanas e rurais permite a ligação da energia a consumidores de baixo rendimento, vivendo em casas precárias, contando actualmente

comabrangendo actualmente mais de 100.000 pessoas. Aliás, a grande expansão do acesso à energia que se verifica nos Distritos é, em parte, resultado do QUADRELEC, dado o seu baixo custo e simplicidade. Já não é forçoso ter casa de alvenaria para ter acesso à energia! Com o QUADRELEC já podemos colocar energia, também na palhota!

Senhores Deputados, Excelências,

Intensificámos o uso O Governo considera o desenvolvimento das energias novas e renováveisrenováveis, dada a sua potencial contribuição na promoção como no uma das prioridades no conjunto dos esforços visando proporcionar a um número cada vez maior de moçambicanos o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, pela via do combate contra á a pobreza e na geração de ção de riqueza, com grande destaque para a construção da Hidroeléctrica de Honde, inaugurada por SEX^a o Presidente da República em 2008, o início da promoção da construção das mini-hídricas de Nhazónia, no Distrito do Rotanda, Sembezeia, Chidzolomondo, no Distrito dtodos na Províncias d Majaua, Berua e Máue. Esta última, localizada em Ulóngue, vai melhorar a qualidade do abastecimento deda energia às Sedes Distritais de Angónia e Tsangano, quem Ulónguè, Tsangano, Dómuè, Ntengo Wa Mbalame e Biribiri, em Tete, locais que recebem energia eléctrica a partir do Malawi e que enfrentam cortes constantes e oscilações frequentes de energia corrente eléctrica em determinados períodos do dia.

Na componente da energia eólica, oOs resultados da quantificar medição do potencial eólico, em várias regiões do País são encorajadores. Estes resultados têm traduzido numestimulado o envolvimento crenascente do sector privado. E. A título de exemplo, está concluída a curso a construção da primeirade

turbina aerogerador eólica no País, com capacidade de 350 kW, situado na praia da Rocha em Inhambane, incluindo estando igualmente em construção a respectiva linha de interligação com a RNT. Mais de 5.400 pessoas podem ser alimentadas pela energia gerada por esta turbina. Trabalhamos com afinco para a rápida expansão deste tipo de projectos e poderá constituir uma oportunidade para o desenvolvimento e aplicação destas tecnologias ao longo da nossa extensa costa e de diversas das regiões altas do interior em que a medição dos ventos ainda não foi efectuada..

Temos vindo a abraçar com vigor a electrificação rural com base em painéis solares, onde os pacotes que temos vindo a instalar nas zonas rurais, estão incluídos também sistemas de incluem a construção de furos de água que abastecem a população, bem como o desenvolvimento de pequenos negócios como o carregamento de baterias para celulares ou a comercialização de produtos frescos.

A electrificação através destes sistemas se adequa às necessidades básicas da população residente nas zonas rurais e possui múltiplas vantagens, nomeadamente: (i) energia que não polui, energia limpa e amiga do ambiente e das pessoas; (ii) o sol é uma fonte de energia inesgotável e as perspectivas de desenvolvimento da energia solar permitem esperar resultados melhores no futuro; (iii) custos de manutenção extremamente reduzidos.

A nível do Ministério da Energia, está em curso o trabalho de elaboração da Política Nacional de Energias Novas e Renováveis que estabelecerá as linhas de orientação e os objectivos de desenvolvimento e aproveitamento deste tipo de fontes de energia.

Registámos Neste âmbito, gostaríamos de manifestar o nosso maior reconhecimento aos esforços que os Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura têm vindo a empreender neste sentido, onde podemos registar com satisfação, a implementação com sucesso dos projectos de electrificação de

150 eEscolas Rurais e mais 150 cCentros de sSaúde rRurais a nível nacional, incluindo o Hospital Rural, bem como no Hospital Rural de Muxúngue, Distrito de complementando e reforçando os sistemas que estes esforços dos Ministérios de Educação e Cultura e da Saúde, numa vêm instalando ao longo dos anosparceria frutuosa com o Ministério da Energia. .

De igual modo, fForam igualmente electrificadas 40 vilas e povoações em diversas províncias do nosso País.

Mais de 1.200.000 moçambicanos passaram a beneficiar da energia eléctrica gerada por painéis solares instalados pelo FUNAE neste Quinquénio.

**Senhor Presidente da Assembleia da República, Excelência,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Segundo um o velho, mas sempre actual “slogan” doForam decisivos na preparação destas pré-requisitos determinantes deste sucessorealizações na realização dos objectivos preconizados no Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, os seis factores que a seguir referenciamosntes:

- i. Uma direcção sábia e clarividente de SEX^a.Excia o Presidente da Repuública de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, para asobre a execução do Programa Quinquenal do Governo, pois:
 - s acções de electrificação, que permitiu que
 - a. Foi a sua liderança firme e determinada que nos conduziu à conclusão do dossier da HCB, incluindo a mobilização do respectivo financiamento, em Novembro de 2007;
 - b. Foi a sua liderança firme e determinada no concernente à intensificação da electrificação rural que nos permitiu concluir, a

título meramente ilustrativo, a ligação dos distritos de Províncias de Tete, berço da HCB, bem como o avanço para Cabo Delgado e Niassa, províncias que ainda registam atrasos nesta matéria;

- ii. O início da implementação do Plano Director de Electricidade em 2005, principal instrumento do nosso trabalho de electrificação rural;;
- iii. O estabelecimento e cumprimento rigoroso do Contrato-Programa celebrado entre a Electricidade de Moçambique (EDM) e o Governo, com indicadores de desempenho claros e facilmente verificáveis nos principais vectores de acção da empresa;;
- iv. A contínua mobilização e disponibilização de recursos do Orçamento do Estado e do apoio dos parceiros internacionais financeiros para o financiamento da electrificação rural;
- v. A definição e aplicação de políticas de governação apropriadas, reflectindo-se na transparência da gestão e um bom desempenho, transmitindo maior confiança aos parceiros de cooperação, os quais têm uma contribuição substancial no desenvolvimento do sector, através de financiamentos concessionais;
- vi. O início da implementação de medidas organizativas internas ao nível das reformas no sector de energia, em particular na EDM, para assegurar o aumento da eficiência e a melhoria da qualidade de energia;
- vii. O A adopção e início da implementação do Plano Estratégico do Sector de Energia e respectivo Plano Estratégico 2009-2013.
- viii. A adopção e implementação de uma política tarifária realista e consentânea com a realidade económica e social do País, priorizando investimentos no domínio da energia orientados para o combate à pobreza e à criação de riqueza, em especial nas zonas rurais do nosso belo Moçambique.

Em todas estas realizações, as instituições vocacionadas do sector de energia como o Fundo de Energia (FUNAE) e a Electricidade de Moçambique (EDM) e seus técnicos batem-se dia e noite para que a missão de levar a energia ao Povo Moçambicano se cumpra.

Senhor Presidente da Assembleia da República, Excelência,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Após esta breve introdução, permitam-nos sublinhar a importância da abordagem sobre a política tarifária de energia eléctrica, tomando em consideração que constitui o factor central na realização dos objectivos principais do desenvolvimento do sector eléctrico e do País em geral, designadamente: **i)** expansão do acesso à energia eléctrica a um número cada vez maior de moçambicanos; **ii)** assegurar as condições da utilização pelos consumidores, particularmente nas zonas rurais; e **iii)** garantir a sustentabilidade do fornecimento de energia eléctrica.

Isto significa que o Programa Quinquenal do Governo da Frelimo e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA, colocam a energia como um dos pilares principais para a sua materialização, pelo papel vital que desempenha na melhoria das condições de vida dos moçambicanos e na dinamização das actividades produtivas e de geração de rendimento.

Ainda temos bem presente a afirmação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, na inauguração da rede eléctrica de Furancungo, em Tete, nos seguintes termos: **“energia eléctrica da Rede Nacional deve ser usada como instrumento poderoso de luta contra a pobreza”**.

Para este efeito, a actuação do Governo sustenta-se com a aplicação da política tarifária de energia eléctrica em vigor, que na sua essência consagra os seguintes princípios:

- i. Aplicação de tarifa uniforme a nível nacional com recurso ao subsídio cruzado, um mecanismo com base no qual, os consumidores situados em zonas mais distantes da Rede Eléctrica, em que os custos para levar a energia são mais elevados comparativamente aos custos inerentes aos consumidores localizados em zonas mais próximas da Rede, pagam o mesmo preço pela energia que consomem.

Este mecanismo permite assim que os consumidores dos centros urbanos, onde a rede eléctrica encontra-se mais desenvolvida e, por conseguinte, oferecendo custos de ligação e de fornecimento relativamente mais baixos, contribuam para ligação e fornecimento de energia eléctrica aos consumidores das zonas rurais.

Em termos práticos, este mecanismo traduz-se na aplicação da política do Governo de electrificar todo o País para induzir o desenvolvimento, mesmo nas zonas onde a electrificação não é viável, reduzindo assim as assimetrias regionais. Temos consciência de que mesmo depois de feita a ligação aos consumidores com recurso a tecnologias de baixo custo, um número considerável destes consumidores não tem condições de suportar tarifas de energia que reflectam os custos de investimentos. Por isso, o Governo fará prevalecer a tarifa uniforme em todo o País pelo tempo necessário, para assegurar a intensificação da electrificação rural, tendo em vista atingir níveis de acesso aceitáveis, através do mecanismo de subsídios cruzados.

Os subsídios cruzados atingiram nos últimos anos cerca de 30 milhões de USD anuais que as regiões mais rentáveis no sul do País transferem para as menos rentáveis, dos quais 7 milhões de USD para a zona centro e 23 milhões de USD para a zona norte do País. A manutenção deste mecanismo permite evitar que uma parte significativa do nosso País, particularmente nas regiões centro e norte, que hoje estamos a electrificar intensamente tivesse que esperar por muito tempo pela chegada da energia eléctrica, tornando mais longínquo o objectivo do acesso universal que tanto lutamos por alcançar!

- ii. Aplicação da tarifa social para os primeiros 100 kWh de consumo doméstico, visando essencialmente permitir que os consumidores das camadas mais desfavorecidas, nomeadamente os que usam a energia para iluminação, rádio e televisão, ou seja, a categoria de consumidores cuja instalação compreenda até 4 lâmpadas, tenha consumos mensais não superiores a 100 kWh, beneficiando desde modo de energia eléctrica a custos comportáveis. A tarifa social representa um preço de energia por kWh que é Meticais mais barata do que a tarifa geral, beneficiando assim aqueles que consomem menos energia, o que é também um estímulo para a poupança de energia;
- iii. Redução do IVA em 38% sobre as facturas de energia eléctrica para todos os consumidores, uma medida concebida pelo Governo e através da qual subsidia o consumo de energia eléctrica a nível nacional, ao reduzir o IVA para 62%, isto é, aplicar somente 10.54% sobre a factura mensal, ao invés de 17% do IVA. Isto significa que um consumo de energia correspondente a 100 Meticais deveria ser facturado em 117 Meticais, aplicando a taxa normal do IVA. Mas a redução de 38% no IVA

sobre as facturas de energia significa que o mesmo consumo de 100 Meticais paga apenas 110.50 Meticais, no lugar de 117 Meticais que pagaria normalmente, ou seja uma redução de 6.50 Meticais.

Senhores Deputados, Excelências,

É importante sublinhar que a sustentabilidade do sector eléctrico implica, no concernente à política tarifária, a definição de níveis que tomam em conta os custos de produção e de fornecimento, para além dos investimentos necessários para assegurar o prosseguimento do programa de electrificação do País e o aumento do acesso.

É nesta perspectiva que a estrutura tarifária em vigor em Moçambique, tem igualmente em vista proporcionar um ambiente favorável à atracção de investimentos, não só para o desenvolvimento de novas centrais de produção de energia, como também para empreendimentos económicos de utilização de energia eléctrica.

Decorrente desta abordagem, registamos com satisfação o crescente interesse e envolvimento de investidores, incluindo o sector privado, para o desenvolvimento de infra-estruturas do sector eléctrico. São disso exemplo, os progressos já alcançados na implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa, das centrais termoeléctricas a carvão de Moatize e de Benga, da central termoeléctrica da gás natural da Moamba, o Projecto da Linha de Transporte de Energia Eléctrica Tete – Maputo (Espinha Dorsal), só para citar alguns exemplos dentre as várias acções em curso no sector.

Senhores Deputados, Excelências,

Antes de terminar, gostaríamos de realçar, que no concreto, a tarifa de energia eléctrica aplicada ao consumidor específico corresponde à capacidade de potência contratada, que é estabelecida em função das necessidades de consumo previstas.

Neste aspecto particular, permitam VEXas lançar o nosso apelo, no sentido de incentivar os consumidores para, com o devido rigor assegurar a contratação de capacidade correspondente às suas reais necessidades de consumo, bem como o uso eficiente de energia eléctrica. Devemos sempre desligar as luzes quando elas não são necessárias, pois isso não só reduz o tamanho da factura que temos que pagar, mas também liberta energia que os outros necessitam de consumir.

Muito Obrigado!